

A Teoria Inferencial das Implicaturas: descrição do modelo clássico de Grice

Jorge Campos da Costa

PUCRS (Porto Alegre, Brasil)



RESUMO – O presente texto descreve, ilustra e examina a Teoria das Implicaturas de Grice em sua forma padrão. Trata-se de demonstrar que tais tipos de inferências decorrem do Princípio de Cooperação e das máximas que Grice julgava poderem justificar a complementação pragmática da base semântica, ambas sustentando o complexo significativo de um fragmento discursivo.

Palavras-chave: inferência; implicatura; semântica; pragmática.

ABSTRACT – The text describes, illustrates and examines Grice’s Implicature Theory in its pattern form. It aims to demonstrate that such types of inferences are a consequence of the Principle of Cooperation and the maxims which Grice judged of being able to justify the pragmatic complementation of the semantic basis, both sustaining the significant complex of a discursive fragment.

Keywords: inference; implicature; semantic; pragmatics.

Introdução

Os primeiros textos importantes de Grice surgiram em 1956 e 1957. “Meaning” (1957) tornou conhecida a sua teoria da comunicação através dos conceitos de significação natural e não-natural (*meaning-nn*) tão decisivos na origem dos trabalhos sobre pragmática em especial no de Searle.¹ Foi, entretanto, com seu artigo “Logic and Conversation”, que apareceu nas conferências realizadas pela Universidade de Harvard em 1967, em homenagem a William James, que Grice provocou um dos maiores impactos teóricos na história das pesquisas sobre pragmática. Publicado em 1975, esse texto, de menos de vinte páginas, apresenta um sistema conceitual extremamente eficaz para o tratamento das complexas questões que envolvem o problema da significação na linguagem natural.

Conforme já havia demonstrado em “Meaning”, a preocupação central de Grice era encontrar uma forma de descrever e explicar os efeitos de sentido que vão além do que é dito. Em última análise, como é possível que um enunciado signifique mais do que literalmente expresso. Deve haver algum tipo de regra que permita a um falante (A) transmitir algo além da frase e a um ouvinte (B) entender esta informação extra.

Grice propõe, inicialmente, um exemplo que se tornou clássico.² (A) e (B) estão conversando sobre (C). (A) pergunta a (B) sobre a situação de (C) no seu emprego.

(B) responde: “Oh! muito bem, eu acho; ele gosta de seus colegas e ainda não foi preso”. Um diálogo desse tipo, observa Grice, possibilita perceber, claramente, que há duas formas de significação distintas. A resposta de (B) diz que (C) está bem e ainda não foi preso e implica ou sugere que isso pudesse ter acontecido, tendo em vista que (C) é o tipo de pessoa que pode ceder às pressões do seu trabalho e fazer algo que o leve à prisão. É a partir desse contexto que Grice introduz os termos técnicos implicar (*implicate*), implicatura (*implicature*) e implicado (*implicatum*). Seu objetivo é organizar, ao redor deles, um sistema explicativo dessa significação que (A) e (B) podem entender mas que, efetivamente, não foi dita. É importante ressaltar, aqui, que Grice usa “dito” como o significado expresso pelo enunciado em termos literais ou, em outras palavras, como a proposição em seu valor semântico.³

O Modelo de Grice

Existem dois tipos básicos de implicaturas, segundo Grice: **Implicatura Convencional** que está presa ao significado convencional das palavras e a **Implicatura**

¹ SEARLE, J. *Speech acts*. Cambridge. 1969.

² GRICE, H.P. Logic and conversation. In: COLE, P.; MORGAN, J.L. (Ed.). *Syntax and semantics*. New York: Academic Press. 1975. v. 3. p. 43.

³ Cf. GRICE, op. cit., p. 44.

Conversacional que não depende da significação usual, sendo determinada por certos princípios básicos do ato comunicativo.

Examinemos, inicialmente, a implicatura convencional tal como foi estabelecida, considerando os enunciados abaixo:

- (1) “José é trabalhador, contudo é pobre.”
- (2) “João é carioca, portanto não é um homem sério.”

No enunciado (1), está dito que José é trabalhador e que é pobre, mas não está dito que, sendo trabalhador, não devesse ser pobre. Isso está implicado através do significado convencional das palavras e, no caso, indicado através da conjunção “contudo”. No exemplo (2), ocorre a mesma coisa. “João é carioca” e “João não é um homem sério” é o dito. Há, entretanto, uma implicatura convencional a partir da indicação feita pelo conetivo “portanto” de que o carioca não é sério e isso não foi, realmente, dito. Como se pode depreender dos exemplos dados, a implicatura convencional decorre da própria força significativa das palavras, sendo, por isso, intuída pelos interlocutores sem maiores dificuldades. O conceito de implicatura conversacional, porém, é o centro das atenções de Grice no seu artigo clássico e mesmo em trabalhos posteriores como o texto “*Presuppositions and Conversational Implicature*” de 1981.

Antes, contudo, de se analisar o conceito de implicatura conversacional, é preciso que se faça um breve comentário sobre a Teoria da Comunicação de Grice. Para ele, quando dois indivíduos estão dialogando, existem leis implícitas que governam o ato comunicativo. Isso significa que, mesmo inconscientemente, os interlocutores trabalham a mensagem linguística de acordo com certas normas comuns que caracterizam um sistema cooperativo entre eles, para que as informações possam ser trocadas o mais univocamente possível. Grice chama, a esse conjunto de regras, “princípio de cooperação”. Não é possível, nem imaginável, segundo ele, que um ato comunicativo pudesse ser totalmente livre, a ponto de falante e ouvinte perderem o controle do próprio jogo. Ao contrário, as regras do ato comunicativo talvez tenham sido aprendidas concomitantemente à aquisição da língua, de tal forma que um falante competente do português também conhece os efeitos de sentido que uma mensagem em português pode adquirir pela ação das regras do jogo comunicacional a que está submetido. Não é por outra razão, aliás, que se fala muito, hoje, numa teoria de competência comunicativa.⁴

Nesse sentido, Grice, retomando uma formulação kantiana, sistematiza o seu “princípio de cooperação” (PC) através de quatro categorias fundamentais articuladas a máximas e submáximas.

O Princípio da Cooperação – Máximas e Implicaturas

• *Categoria da Quantidade*

Relacionada à quantidade de informação que deve ser fornecida numa mensagem. A ela correspondem duas máximas:

- A. Faça com que sua mensagem seja tão informativa quanto necessária para a conversação.
- B. Não dê mais informações que o necessário.

• *Categoria da Qualidade*

Relacionada inicialmente à supermáxima “Procure afirmar coisas verdadeiras” e, indiretamente, a duas máximas mais específicas:

- A. Não afirme o que você acredita ser falso.
- B. Não afirme algo para o qual você não possa fornecer evidência adequada.

• *Categoria de Relação*

Ligada à máxima “Seja Relevante”.

• *Categoria do Modo*

Ligada à supermáxima “Seja Claro” e a várias máximas como as citadas abaixo, entre outras:

- A. Evite obscuridade de expressão.
- B. Evite ambiguidade.
- C. Seja breve (evite prolixidade desnecessária).
- D. Seja ordenado.

Embora possa haver outras regras, ainda, como a da polidez, por exemplo, no circuito da comunicação, Grice deixa entender que as quatro categorias citadas são suficientes para explicar o fenômeno da implicatura conversacional.

Há três situações diversas em que as implicaturas podem ser produzidas, tendo em vista a relação entre os interlocutores mediante o princípio da cooperação.

I – *Nenhuma máxima é violada*⁵

- (3) (A) – Estou com dor de cabeça.
- (B) – Há uma farmácia nesta rua.

⁴ Cf. as inúmeras observações feitas por S. J. Schmidt ao longo de seu trabalho sobre linguística do texto. *Linguística e Teoria do Texto*. 1978. p. 32-35.

⁵ Neste caso, Grice observa que as máximas, pelo menos aparentemente, não estão violadas. O que ele quer dizer, e que não ficou claro no texto original, é que (A) e (B) em diálogo, não estão considerando nenhuma implicatura por violação. Antes, é o respeito ao PC que está gerando significações extralinguísticas.

- (4) (A) – Não suporto mais minha mãe.
(B) – Freud explica isso.
- (5) (A) – A crise econômica parece cada vez pior.
(B) – Parece? Você já leu “O Capital”?”

Mesmo que, aparentemente, os três exemplos apresentem a quebra de uma máxima como a da relevância ou de uma supermáxima como a da clareza, ainda assim, não há motivos para se afirmar que (B) violou o princípio da cooperação. Ao contrário, (A) poderá deduzir a implicatura conversacional exatamente por compreender que (B) está respeitando as regras do diálogo.

Em (3), (A) deduz que (B) diz haver uma farmácia na rua porque quer implicar que ela deve estar aberta e ter remédios que possam ser adquiridos por (A) para que seu problema seja resolvido. O exemplo (4) é mais sutil, mas ainda não representa um desrespeito ao PC. (A) depreende da resposta de (B) que ela quer implicar a natureza psicanalítica da relação de (A) com sua mãe. No caso, a implicatura poderia remeter a um elemento do contexto cultural comum a (A) e (B) representado pelo “Complexo de Édipo”.

O terceiro caso também remete para um contexto cultural. Se (A) conhece a obra de Marx a que (B) se refere, ele poderá deduzir que (B) deseja implicar que não apenas parece que a crise aumenta mas que a obra de Marx confirma a impressão que sua frase (de A) sugeria a de (B).

II – Uma máxima é violada para que a outra não o seja

Neste caso, supõe-se que a máxima preservada seja mais relevante que a abandonada. (Respeito à máxima de relevância quanto à escolha da máxima a ser preservada)

- (6) (A) – Que significa “pressuposição”?
(B) – Consulte uma obra de semântica.
- (7) (A) – Que horas são?
(B) – Já é tarde.
- (8) (A) – Você me ama?
(B) – Eu gosto de estar em sua companhia.

Os três exemplos demonstram que a resposta de (B) quebra a máxima da quantidade por não ser tão informativa quanto o requerido. Entretanto, (B) parece estar respondendo assim, para implicar que não teria condições de oferecer uma resposta mais precisa e, por respeitar a supermáxima da qualidade, e acreditar que ela seja mais relevante no contexto que a da quantidade, prefere ser menos informativo a mentir. No primeiro caso, (B) não responde à pergunta, oferecendo em seu lugar uma informação relativamente vaga, mas que implica uma informação segura e sincera. O exemplo seguinte também

é bastante comum e os interlocutores de um diálogo, como esse, sabem perfeitamente o que (B) está dizendo e implicando. A pergunta de (A) requer uma resposta exata, a hora certa. Sabe-se, entretanto, que é muito frequente que (B), não tendo condições de dar a informação exigida, ofereça alguma satisfação à pergunta, embora de forma vaga. (A) entende, perfeitamente, que (B) está dizendo que é tarde e implicando que não pode, honestamente, dar uma resposta certa e exata para (A), mas, assim mesmo, está atento à mensagem e posicionando-se diante dela. O último diálogo também é bastante familiar. A pergunta de (A) poderia ser respondida sim ou não; (B), porém, prefere afirmar algo que parece estar quebrando a máxima da relevância e da quantidade, tentando implicar que não pode ou não quer dar uma resposta radical à pergunta de (A).

Essas implicaturas representam uma das leituras possíveis, uma vez que, se (B) está cooperando, ele autoriza (A) a buscar alguma inferência desse tipo.

III – Violação de uma máxima para obter implicatura conversacional

As figuras de linguagem em geral estão contidas nesse caso.

1a) Abandono da máxima da quantidade (por falta de informação)

- (9) (A) – O que você pensa dos judeus?
(B) – Um judeu é um judeu.

A tautologia, nesse sentido, representa uma violação voluntária da máxima da quantidade à medida que (B) resolve responder à pergunta como uma afirmação redundante para implicar que judeu não é, apenas, um povo particular, mas algo de especial que a história registrou por tudo o que se disse dele.

1b) Abandono da máxima de quantidade (por excesso de informação)

- (10) (A) – Qual foi o resultado do jogo de hoje?
(B) – O Grêmio perdeu de dois a zero e, agora, está com três pontos atrás do Inter e saldo de gols negativo.

A resposta de (B) é mais informativa do que o requerido para que possa implicar que o Grêmio, além de perder, está em má situação na tabela de classificação.

2a) Abandono da primeira máxima da qualidade

- (11) (A) – O que você acha do governo militar?
(B) – Democrático demais.

Este exemplo evidencia o que costumeiramente se entende por ironia. (A) e (B) sabem que a grande acusação

feita aos governos militares é não serem eleitos pelo povo, na maioria dos casos, e obstaculizarem as eleições diretas. Nesse sentido, a resposta de (B) é francamente irônica, afirmando algo em que ele não acredita, para implicar que, ao contrário do que se diz, acusa o governo de antidemocrático.

- (12) (A) – Em São Paulo todos trabalham.
(B) – É verdade. São Paulo é uma enorme fábrica.

A resposta de (B) é a violação da máxima da qualidade através do processo conhecido como metáfora. (A) e (B) sabem que (B) sabe que São Paulo não é uma fábrica enorme, mas entendem que a resposta metafórica implica a crença de (B) sobre a capacidade de trabalho que há nesta cidade.

Como o próprio Grice observa, é possível, muitas vezes, misturar-se a metáfora com a ironia, atentando-se duplamente contra a máxima da qualidade. Como é o caso de um enunciado do tipo “O nordeste é o paraíso dos que trabalham.”

- (13) (A) – João foi internado numa clínica psiquiátrica.
(B) – É, ele andava um pouco nervoso.
(A) – A mãe dele já está bastante velha.
(B) – Velha? É uma criatura pré-histórica.

Aqui, os recursos utilizados caracterizam o que se denomina eufemismo e disfemismo. As respostas de (B) são intencionalmente falsas. A primeira, no sentido de suavizar a normalidade psíquica de João, e a segunda, no sentido de exagerar a velhice de sua mãe. As implicaturas conversacionais são decorrentes dessa quebra voluntária da primeira máxima da qualidade.

- (14) (A) – Você me acha bonita?
(B) – Você é a mais linda do mundo.

(A) entende, claramente, que (B) está exagerando (hipérbole) para implicar que ele a considera muito linda, embora não acredite, provavelmente, no que diz, porque também não possui evidência do que afirma.

2b) Abandono da segunda máxima de qualidade

- (15) (A) – Onde está o Delfim Neto?
(B) – Deve andar pedindo algum dinheiro por aí.

Neste caso, (A) sabe que (B) não teria condições de provas do que disse, mas entende, perfeitamente, que ele (B) quer implicar que o Ministro do Planejamento só faz isso, ou seja, pede empréstimos.

3) Abandono da máxima da relação

Consiste na quebra voluntária da máxima “Seja Relevante”.

- (16) (A) – Você vai me dar uma aliança de brilhante de presente?
(B) – Puxa! Como está quente, hoje.
(A) – Eu perguntei se você vai me dar a aliança?
(B) – Em compensação, acho que finalmente vai chover.

Neste contexto, poder-se-ia supor que marido e mulher dialogassem, e que o marido (B) estivesse quebrando a máxima de relevância para implicar que não quer enfrentar a pergunta de sua mulher (A) objetivamente. A sua segunda resposta é relevante em relação a sua primeira afirmação e continua quebrando a máxima no que se refere à pergunta de sua mulher.

4) Abandono da máxima do modo

Consiste na quebra da supermáxima “Seja Claro”, através de diversas formas.

4a) Ambiguidade

- (17) (A) – Sua secretária parece ser eficiente.
(B) – Sem dúvida, é uma mulher muito boa.

A resposta de (B), no caso, explora voluntariamente, a ambiguidade da expressão “boa” em português, quando aplicada a uma mulher. (B) diz que ela é boa, mas acentua o objetivo para implicar a possibilidade de ela ser muito sensual.

4b) Obscuridade

- (18) (A) – Paulo, por que você me pediu para esperá-lo no quarto?
(B) – (Na frente da mulher e do filho pequeno) Bem, eu tinha um assunto muito importante para tratar com você, um assunto particular, você me entende, não?

(B), neste caso, está sendo propositadamente obscuro para não falar de algo que não quer que o filho saiba. Explora, voluntariamente, a vaguidade de sua resposta para implicar que quer algo (sexo, por exemplo) com sua mulher de que, o filho não deve tomar conhecimento.

4c) Falta de concisão

- (19) (A) – Em qual das obras de Gazdar se encontra a definição de pragmática?
(B) – Na obra *Pragmatics, Implicature, Presupposition and Logical Form*, de 1979, editada pela Academic Press, na página 2, terceiro parágrafo da introdução, na oitava linha.

Esse exemplo pode servir para que (A) entenda que a resposta de (B) quer implicar o seu nível de especialização e conhecimento bibliográfico.

4d) Falta de ordem

- (20) (A) – Você sabe brincar de índio?
(B) – Brincadeira de índio mim gostar.

A resposta de (B) quebra, intencionalmente, a ordem para implicar que ele aceitou o convite.

Antes de emprendermos a análise crítica do sistema griceano, cabe explicitar as propriedades que as implicaturas devem ter para que possam ser consideradas como tais, segundo o próprio Grice.

1 – As implicaturas convencionais são:

- presas à força convencional do significado das palavras;
- reconhecidas pelo interlocutor mediante a sua intuição linguística. Não dependem de um trabalho de cálculo dedutivo.

2 – As implicaturas conversacionais devem ser:

- calculáveis ou dedutíveis
- canceláveis
- não-separáveis
- indetermináveis
- externas ao sentido do enunciado; não-convencionais
- não determinadas pelo dito, mas pelo dizer e dito.

Calculáveis e dedutíveis

Grice afirma que, se uma implicatura não for reconhecida pelo trabalho do cálculo lógico, ela não pode ser conversacional. Consideremos um exemplo anteriormente dado:

- (3) (A) – Estou com dor de cabeça.
(B) – Há uma farmácia nesta rua.

(A) acredita que (B) está respeitando o princípio da cooperação e, então, calcula: se (B) disse que há uma farmácia nesta rua ao ouvir a minha frase, (B) quer implicar que

- Devo ir à farmácia.
- Ela deve estar aberta.
- Ela deve ter remédio para dor de cabeça.
- Eu devo comprá-lo.
- Isso irá resolver meu problema.

É um trabalho de cálculo lógico que Grice considera uma propriedade básica para que se localize uma implicatura conversacional.

Canceláveis

Em primeiro lugar, uma implicatura conversacional pode ser cancelada, simplesmente porque o princípio da cooperação que deve estar sendo respeitado para que ela exista, pode não sê-lo num contexto particular. Consideremos o seguinte exemplo:

- (21) (A) – Preciso de dinheiro.
(B) – Não me irrite.

(A) pode entender que (B) está implicando que (A) não deve pedir-lhe dinheiro. (B), porém, pode não estar obedecendo ao princípio da cooperação e, simplesmente, estar protestando contra o gesto de (A) ou até referindo-se a outra atitude de (A) que bate a porta, por exemplo.

Um outro tipo de cancelamento de uma implicatura conversacional é aquele feito mediante uma cláusula (oração) adicional.

- (22) (A) – Quanto você tem na poupança?
(B) – R\$ 200,00.

Aqui, (A) entende que, se (B) está respeitando a máxima da quantidade, ele tem R\$ 200,00 como diz e implica que tem só isso. Pois bem, a implicatura poderia ser cancelada por uma cláusula condicional: R\$ 200,00 se não mais.

Há, ainda, um outro tipo de cancelamento que o contexto pode possibilitar sem acréscimo de nenhum reforço linguístico. (A) diz para (B) que quer vender seu carro. (B) pergunta quanto custa e (A) diz que é R\$ 6000,00, ao que (B) responde: Bem, eu tenho R\$ 6000,00. Nesse caso não podemos inferir que é só isso que (B) tem.

Não-separáveis

Essa propriedade diz respeito ao fato de que as implicaturas conversacionais, para que possam ser calculadas, exigem um conhecimento contextual, além do conteúdo semântico da expressão, não dependendo, portanto, do modo da expressão. Em outras palavras, a implicatura permanecerá desde que se diga a mesma coisa ainda que de outra maneira, com sinônimos, por exemplo.

Consideremos o exemplo abaixo:

Modo de expressão X Modo de expressão Y

- (23) (A) – A minha cabeça está doendo. Estou com dor de cabeça.
(B) – Há uma drogaria aqui perto. Há uma farmácia nesta rua.

O diálogo, no caso, tanto no modo de expressão X quanto no modo de expressão Y, revela a mesma implicatura, tendo em vista que o dito não se alterou em X ou Y.

Indetermináveis

Neste caso, a metáfora parece ser um exemplo bastante evidente.

- (24) (A) – O que você acha do jogador Sócrates?
(B) – Sócrates é um leão.

(B) viola, aqui, a máxima da qualidade. Ele sabe que Sócrates não é, efetivamente, um leão, mas quer implicar que Sócrates é forte e esforçado como um leão. Poderíamos, entretanto, supor que (B) quisesse implicar que Sócrates é o rei dos jogadores ou, em outro contexto, que ele é carnívoro e agressivo. Enfim, como o cálculo da implicatura pode, às vezes, referir-se a uma lista aberta de implicados, estes podem ser indeterminados como, alias, é comum nos casos de subentendidos.

Não convencionais

Essa propriedade diz respeito à diferença que Grice estabelece entre implicaturas conversacionais e convencionais. Ele até admite que uma implicatura conversacional possa tornar-se convencionalizada, mas, em princípio, não deve fazer parte da força convencional das palavras do enunciado.

Consideremos o seguinte exemplo:

(25) (A) – Você acha que política é uma coisa simples?

(B) – Tanto quanto a teoria da relatividade.

A resposta de (B) produz uma implicatura conversacional à medida que (A) deduz que, tendo em vista a sua pergunta e o aparente abandono da máxima da relevância na resposta de (B), ele (B) deseja implicar que política é muito difícil e complexa, e isso não faz parte do significado literal do seu enunciado.

Não veiculada pelo dito

Aqui, Grice tenta demonstrar que só as condições de verdade não determinam a implicatura. O que é dito pode ser verdadeiro e o implicado, falso.

Veja-se o caso abaixo:

(26) (A) – Será que João fez a bobagem de viajar?

(B) – Se ele fez, está feito.

O enunciado de (B) é verdadeiro, à medida que é tautológico. O fato de ser tautológico implica que (B) quer que (A) entenda que a preocupação de (A) não resolve nada. Isso, entretanto, pode ser falso, desde que, por exemplo, (A) pudesse tomar alguma atitude, determinada por sua preocupação. Em outras palavras, “João pode ter viajado” é o dito e é verdadeiro. “Não adianta mais nenhuma preocupação” é o implicado e é falso, uma vez que (A) pode, a partir daí, tomar decisões que não tomaria se João não tivesse viajado.

As implicaturas conversacionais podem subdividir-se, segundo Grice, em dois tipos:

a) Implicaturas Conversacionais Generalizadas

São aquelas que não dependem de especificações de um contexto particular. Consideremos o caso a seguir:

(27) (A) – “Teresa deu presentes a um bebê ontem.”

Independentemente do contexto, a frase de (A) implica que o bebê não é filho de Teresa. Alias, se alguém acrescentasse em seguida que o bebê em questão era filho dela, a frase de (A) surpreenderia por parecer estar quebrando princípio da cooperação. Grice observa que esse tipo de implicatura é muito semelhante às convencionais, evitando, inclusive, maiores exemplos.

b) Implicaturas Conversacionais Particularizadas

São as que exigem, para que possam ser calculadas, informações de um contexto específico. Examinemos o exemplo:

(28) (A) – Maria está tão feliz agora.

Esta frase poderia implicar que “Maria fez as pazes com o namorado” desde que o contexto particular fosse este:

- Maria andava infeliz.
- Maria tinha brigado com o namorado.

Parece evidente que a quebra de máximas que caracteriza a ironia, por exemplo, provoca, quase sempre, implicaturas conversacionais particularizadas, tendo em vista a dependência do contexto que a ironia possui. Se (A) diz que João é um gênio, isso só pode ser irônico para (B) num contexto (C) onde João seja um idiota, por exemplo.

Considerações conclusivas

Grice, no momento em que desenvolveu sua Teoria das Implicaturas, o fez de maneira bem menos pretensiosa do que o tempo viria a consagrar. Na verdade, tudo o que ele pretendia era mostrar que inferências não lógicas no sentido estrito poderiam ser avaliadas sistematicamente, contribuindo significativamente para a organização semântica de um fragmento discursivo. Não eram inferências dedutivas ou indutivas como abordadas na tradição, mas, ainda assim, lógicas em sentido amplo. Ou seja, tais inferências eram canceláveis, certamente, mas nem por isso anárquicas. Eram sustentadas por um Princípio de Cooperação e por algumas máximas que vinham da tradição aristotélico-kantiana das categorias.

Referências

- SEARLE J. *Speech acts*. Cambridge: University Press, 1969.
GRICE H.P. Logic and conversation. In: COLE, P.; MORGAN, J.L. (Ed.). *Syntax and semantics*. New York: Academic Press, 1975. v. 3. p. 43.

Recebido: 08/01/2009

Aprovado: 28/04/2009

Contato: <jcamposc@terra.com.br>